

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil
S.A. - Sociedade
de Arrendamento
Mercantil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimonial	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

O ano de 2016 encerrou o primeiro ano de atividade da Instituição. Neste cenário de grandes desafios, conseguimos aumentar substancialmente nossa carteira de arrendamento, que fechou o ano com o montante de R\$ 35 milhões com 62 contratos ativos, ante os R\$ 3 milhões de 2015, relativos a um único contrato. Devido à estratégia conservadora na concessão de crédito, não há valores com vencimento superiores a 60 dias na carteira.

Em 2016 a Instituição apurou um prejuízo de R\$ 4.258. Este resultado foi influenciado basicamente pelos custos iniciais do início da operação, em contraste com uma carteira de arrendamento em formação.

Principais indicadores

	2016	2015
Ativos Totais	60.776	56.698
Carteira de Arrendamento	35.965	3.385
Resultado do Exercício	(4.258)	5.118
Patrimônio Líquido	39.459	43.717
Índice de Basileia II	52,18%	67,56%

Remuneração de acionistas

Em razão do resultado alcançado no exercício, não foram distribuídos dividendos aos acionistas. Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 15% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 16 de março de 2017.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leasing em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		18.152	51.827	Circulante		8.346	12.453
Disponibilidades				Obrigações por Empréstimos	12		
Depósitos bancários	4	433	10	Empréstimos Internos		2.367	-
		433	10	Empréstimos Externos		1.508	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez						859	-
Aplicações financeiras	5	15.248	-	Outras obrigações	13	5.979	12.453
		15.248	-	Fiscais e previdenciárias		262	4.593
Títulos e valores mobiliários				Diversas		5.717	7.860
Carteira própria	6	-	48.460	Exigível a longo prazo		12.971	528
		-	48.460	Obrigações por Empréstimos	12	6.627	-
Operação de arrendamento mercantil				Obrigações por empréstimos internos		3.438	-
Operação de arrendamento a receber - setor privado	7 e 8	69	(1)	Obrigações por empréstimos externos		3.189	-
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		12.637	606	Outras obrigações	13	6.344	528
(Provisões para operações de arrendamento mercantil		(12.531)	(606)	Fiscais e previdenciárias		341	-
de liquidação duvidosa)		(37)	(1)	Credores por Antecipação de VRG		6.003	528
				Outros valores e bens			
Outros créditos	9	2.286	3.358	Despesas antecipadas		116	-
Diversos		2.286	3.358			116	-
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Operação de arrendamento mercantil				Operação de arrendamento mercantil	7 e 8	(104)	(16)
Operação de arrendamento a receber - setor privado				Operação de arrendamento a receber - setor privado			
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)				(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(104)	(16)
(Provisões para operações de arrendamento mercantil				(Provisões para operações de arrendamento mercantil		35.486	4.432
de liquidação duvidosa)				de liquidação duvidosa)		(35.486)	(4.432)
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido	14	39.459	43.717
Capital				Capital		38.599	38.599
Reserva de lucros				Reserva de lucros		860	5.118
Total do ativo		60.776	56.698	Total do passivo		60.776	56.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstrações dos resultados

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2016		2015
		Semestre	Exercício	
Receitas da intermediação financeira		6.267	10.445	9.928
Resultado de operações de arrendamento mercantil	16a	4.998	6.921	67
Resultado com títulos e valores mobiliários	16b	1.269	3.524	9.861
Despesas de intermediação financeira		(3.193)	(4.841)	(92)
Despesas de Captação		(379)	(386)	-
Operações de arrendamento mercantil	16a	(2.784)	(4.331)	(75)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8	(30)	(124)	(17)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.074	5.604	9.836
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.328)	(9.485)	(583)
Receita de prestação de serviços		27	44	-
Despesa de pessoal	16c	(2.891)	(6.394)	(26)
Outras despesas administrativas	16d	(1.476)	(3.186)	(100)
Despesas tributárias	16e	(236)	(409)	(457)
Outras despesas operacionais		(205)	(390)	-
Outras receitas operacionais		453	850	-
Resultado operacional		(1.254)	(3.881)	9.253
Receitas(despesas) não operacionais		-	(36)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(1.254)	(3.917)	9.253
Imposto de renda e contribuição social		(292)	(341)	(4.135)
Imposto de renda		-	-	(2.295)
Contribuição social		-	-	(1.840)
Imposto de renda diferido	13	(292)	(341)	-
Lucro/prejuízo líquido no semestre/exercício/período		(1.546)	(4.258)	5.118
Nro. de ações (unid.)	14	38.598.986	38.598.986	38.598.986
Lucro (Prejuízo) líquido por ação		(0,04005)	(0,11031)	0,13259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldo em 21 de Outubro de 2015, integralização de capital, início das atividades	38.599	-	-	-	38.599
Lucro do período	-	-	-	5.118	5.118
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	256	-	(256)	-
Reserva de lucros	-	-	4.862	(4.862)	-
Saldo em 31 de dezembro 2015	38.599	256	4.862	-	43.717
Prejuízo do período	-	-	-	(4.258)	(4.258)
Compensação do prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	(4.258)	4.258	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.599	256	604	-	39.459
Saldo em 30 junho de 2016	38.599	256	2.150	-	41.005
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.546)	(1.546)
Compensação do prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	(1.546)	1.546	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.599	256	604	-	39.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016		2015
	Semestre	Exercício	
Atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(1.254)	(3.917)	9.253
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	30	124	17
Depreciação	2.905	4.189	84
Superveniência de depreciação	(1.168)	(1.297)	(67)
Imposto de renda - valores diferidos	(292)	(341)	-
Imposto de renda - correntes	-	-	(2.295)
Contribuição social - correntes	-	-	(1.840)
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	221	(1.242)	5.152
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	3.625	52.708	(51.818)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	48.460	(48.460)
Operações de arrendamento mercantil	3.348	3.293	-
Outros créditos	277	955	(3.358)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	2.015	(4.057)	12.981
Outras obrigações	2.015	(4.057)	12.981
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	5.861	47.409	(33.685)
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	(92)	(1.270)	(991)
Aquisição de bens arrendados	(23.712)	(39.462)	(3.913)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(23.804)	(40.732)	(4.904)
Atividades de financiamento			
Empréstimos	5.425	8.995	-
Integralização de capital. Início das atividades	-	-	38.599
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.425	8.995	38.599
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.518)	15.672	10
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício/período	28.200	10	-
No fim do semestre/exercício/período	15.682	15.682	10
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.518)	15.672	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em dezembro de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram aprovadas pela administração em 16 de março de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata die” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos de negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme Circular BACEN 3068/01.

c. Apresentação das demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

g. Títulos e valores mobiliários

Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2016, a Instituição não possuía títulos e valores mobiliários em carteira.

h. Operações de arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 2.o semestre de 2016 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 1.168 (R\$ 1.359 em 2016 e R\$ 67 em 2015). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em dezembro de 2016 é de R\$ 1.365 (R\$ 67 em 2015). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**
A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

- i. **Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 20% para contribuição social sobre o lucro líquido.

- j. **Empréstimos**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

- k. **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:
 - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
 - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve registro de créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social ou diferenças temporárias.

- l. **Estimativas contábeis**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos Conta Movimento	433	10

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	15.248	-	15.248	-

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez e vencimento imediatos junto ao Banco Itaú-Unibanco, com taxas entre 98% e 99% da variação CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	Valor de curva	Ajuste a mercado resultado	31/12/2016 Valor contábil	31/12/2015 Valor contábil
Títulos Públicos Federais - LFTs	-	-	-	48.460

Valor referente ao capital inicial da Instituição e depositado no Banco Central, desbloqueado em janeiro de 2016 para livre movimentação das atividades mercantis. Em 2015 os títulos estavam custodiados na Selic e foram classificados como *títulos para negociação*.

7 Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Arrendamento Financeiro	34.965	3.385
Arrendamentos a Receber	36.810	5.038
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(36.704)	(5.038)
Valores Residuais a Realizar	11.314	32
Valores Residuais a Balancear	(11.314)	(32)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	43.374	3.913
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(3.877)	(67)
Superveniência de Depreciação	1.365	67
Credores por Antecipação de VRG	(6.003)	(528)
Total da Carteira de Arrendamento	34.965	3.385

a. Composição da carteira por setor de atividade:

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
Indústria	1.343	4.115	16.619	22.077	-
Comércio	304	914	3.184	4.402	-
Serviços	613	1.836	6.037	8.486	3.385
Total	2.260	6.865	25.840	34.965	3.385

b. Concentração de crédito

	Valor	31/12/2016 % da Carteira	Valor	31/12/2015 % da Carteira
10 Maiores Devedores	24.079	69%	3.385	100%
20 Maiores Seguintes	9.008	26%	-	-
Demais Devedores	1.878	5%	-	-
Total	34.965	100%	3.385	100%

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	28.845	2.792
Veículos e afins	6.120	593
Total	34.965	3.385

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	Valor	31/12/2016 %	Valor	31/12/2015 %
Contratos em reais prefixados	30.828	88%	3.385	100%
Contratos em euros prefixados	4.137	12%	-	-
Total	34.965	100%	3.385	100%

8 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 31 de dezembro de 2016 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2016 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2015 Valor da Provisão
AA	0,0%	12.563	-	-	-
A	0,5%	18.382	92	3.385	17
B	1,0%	3.563	35	-	-
C	3,0%	457	14	-	-
Total		34.965	141	3.385	17

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	17	-
Constituição Líquida de provisão	124	17
Baixa para Prejuízo	-	-
Saldo Final	141	17

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, no exercício encerrado em 31/12/2016.

9 Outros créditos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	2.048	3.358
Impostos a Compensar	202	-
Outros	36	-
Total	2.286	3.358

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

10 Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2016	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2015
			Valor Contábil			Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	36.280	(3.697)	32.584	3.231	(59)	3.172
Veículos	7.094	(180)	6.913	682	(8)	674
Superveniência de Depreciação	-	-	1.365	-	-	67
Total	43.374	(3.877)	40.862	3.913	(67)	3.913

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

11 Imobilizado de uso

Descrição	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2016 valor contábil	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2015 valor contábil
Instalações	730	(128)	602	-	-	-
Móveis e Equipamentos	283	(27)	256	-	-	-
Equipamentos de Informática	375	(69)	306	-	-	-
Veículos	873	(171)	702	991	(17)	974
Total	2.261	(396)	1.866	991	(17)	974

Os bens do imobilizado de uso são depreciados às seguintes taxas anuais:

Instalações	20%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática e Software	20%
Veículos	20%

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016 Total	31/12/2015 Total
Empréstimos - No País (a)	401	1.107	3.438	4.946	-
Empréstimos - No Exterior (b)	227	632	3.189	4.048	-
Total	628	1.739	6.627	8.994	-

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 15,48% a.a. e vencimento final em novembro de 2019.
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. com juros pré-fixados variando entre 0,79% e 1,20% a.a. e com vencimento final em junho de 2021.

13 Outras obrigações

Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	4.135
Impostos e contribuições s/salários	217	-
COFINS a Pagar	19	394
ISS a Pagar	15	-
Outros	11	64
Total do Circulante	262	4.593
Provisão para Imposto de Renda Diferido (a)	341	-
Total do Longo Prazo	341	-

- (a) Provisão do imposto de renda sobre o saldo de Superveniência de Depreciação.

Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2.088	7.823
Despesa com Pessoal	355	-
Adiantamento de Clientes	3.274	10
Outros	-	27
Total do Circulante	5.717	7.860
Credores por Antecipação de Valor Residual	6.003	528
Total do Longo Prazo	6.003	528

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social é de R\$ 38.599 e está representado por 38.598.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro. ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag & Co Kg	95	36.669.036	36.669
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	1.929.950	1.930
Total	100	38.598.986	38.599

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. No exercício de 2016 não houve distribuição de dividendos.

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, os membros do conselho deliberativo e diretoria executiva, assim como pelos membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com prazos e taxas usuais de mercado.

O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3750/2009, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigs Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(4.049)	-	(264)	-

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 1.595 no exercício 2016. Não houve remuneração aos administradores e gerência em 2015.

16 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de operações de arrendamento mercantil	4.998	6.921	67
Rendas de arrendamento - rec. interno	3.677	5.056	-
Rendas de arrendamento - rec. externo	92	506	-
Superveniência de depreciação	1.229	1.359	67
Operações de arrendamento mercantil	(2.784)	(4.331)	(75)
Depreciação de Bens Arrendados	(2.700)	(3.809)	(67)
Insuficiência de Depreciação	(61)	(61)	-
Variação Cambial	(7)	(421)	-
Outras despesas de arrendamento	(16)	(40)	(8)
Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil	2.214	2.590	(8)

b. Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Rendas com LFT's	-	1.776	9.861
Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	1.269	1.748	-
Total	1.269	3.524	9.861

c. Despesas com pessoal

Descrição	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Salários	1.362	2.796	-
Encargos trabalhistas	722	1.576	-
Férias e 13.o salário	242	925	-
Assistência Médica e Odontológica	272	509	-
Seleção e treinamento	6	116	26
Outras despesas de pessoal	287	472	-
Total	2.891	6.394	26

d. Outras despesas administrativas

Descrição	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis e Condomínio	387	631	11
Manutenção e conservação	30	57	-
Processamento de dados	212	330	-
Serviços do sistema financeiro	96	153	-
Serviços de terceiros	21	277	-
Serviços técnicos especializados	626	1.424	56
Despesas de transportes	9	63	5
Outras despesas administrativas	95	252	28
Total	1.476	3.187	83

e. Despesas tributárias

Descrição	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
ISS	76	105	-
PIS	23	43	64
COFINS	137	261	394
Total	236	409	458

17 Outras informações

- a. A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
- b. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

- c. A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- d. A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 9,875%. O índice de Basileia calculado para o exercício findo em dezembro de 2016 é de 67,93% para o índice básico e 52,18% para o índice amplo; em dezembro de 2015 os índices eram de 70,09% e 67,56% respectivamente.
- e. A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
- i. **Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
- ii. **Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
- iii. **Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

- iv. **Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- f. A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

* * *

Renato Di Chiara
Diretor Presidente

Matheus Canhoto Gera
Diretor Vice-Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3